Terca-Feira, 24 de Novembro de 2026

Entenda por que Zambelli optou pela renúncia ao mandato e qual sua estratégia

O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), já tinha sido avisado que ela avaliava o momento certo de formalizar a renúncia

A renúncia da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) era uma carta que aliados e advogados dela mantinham na manga desde antes da votação no plenário da Câmara que deu sobrevida temporária ao mandato da parlamentar, na madrugada de quinta-feira (11).

O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), já tinha sido avisado que ela avaliava o momento certo de formalizar a renúncia, que se concretizou no início da tarde deste domingo (14).

Com a sequência de revezes judiciais, a vida em uma prisão na Itália e o risco de extradição ao Brasil, a estratégia de Zambelli, segundo aliados, foi a de aceitar a derrota e evitar a ampliação de danos.

O plano consiste em, a partir da renúncia, ganhar uma autorização para deixar a cadeia. O grupo dela avalia que o status de parlamentar que renunciou é diferente do de deputada cassada. A renúncia, somada ao fato de a Câmara ter rejeitado a cassação, reforçará o argumento da perseguição política.

O segundo passo da estratégia é, com a soltura, conseguir reverter o pedido de extradição ao Brasil.

Segundo o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), a renúncia não levou em conta cálculos sobre período em que ela ficará inelegível. Focou apenas em facilitar a defesa na Itália.

“Uma coisa é ela se defender na Itália como parlamentar cassada, outra é como quem renunciou e se mostra vítima de perseguição política”, comentou.

Prestes a assumir como líder da oposição na Câmara, o deputado Cabo Gilberto (PL-PB), afirmou que a renúncia é estritamente relacionada à defesa no país europeu. “Estamos trabalhado duro pela não extradição dela”, comentou.

Carla Zambelli já sinalizou a aliados que nas próximas eleições deve lançar algum familiar ou outra pessoa de sua confiança na disputa por uma cadeira na Câmara. Os nomes da mãe dela e o de um de seus advogados já foram ventilados.

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou Zambelli a dez anos de prisão e à perda do mandato por envolvimento na invasão cibernética ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) feita pelo hacker Walter Delgatti Neto. O caso dela transitou em julgado em junho, e no mês seguinte ela fugiu para a Itália.

Na madrugada de quinta-feira (11), a Câmara rejeitou, em uma votação, a perda do mandato dela, contrariando a decisão do STF. No dia seguinte, a Corte anulou a votação pontuando que a perda do mandato está prevista na Constituição, nos casos de condenação criminal transitada em julgado.

Portanto, caberia a Hugo Motta se submeter à ordem e proceder à convocação do suplente de Zambelli. Antes disso, ela anunciou a renúncia e a assessoria da presidência da Casa comunicou a decisão.

leiaja.com

estadao conteúdo